

**EDITAL DE CREDENCIAMENTO ELETRÔNICO Nº 00004/2025**

**Processo Administrativo nº 00077/2025**

**1. PREÂMBULO**

A Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.767.154/0001-15, neste ato representada pelo seu Secretário de Saúde Sr. Hellisson Batista Fernandes, **TORNA PÚBLICO**, que fará realizar **CREDENCIAMENTO** sob a forma **ELETRÔNICA**, a ser processada e julgada em conformidade com a **Lei Federal nº 14.133/2021**, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis.

**1.1** O edital e seus anexos estarão disponíveis para os interessados na Plataforma Eletrônica do Portal de Compras Públicas: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br/>.

**1.2** O TERMO DE ADESÃO AO CREDENCIAMENTO E A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO deverão ser encaminhadas, **EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, através do Portal de Compras Públicas ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br/)), a partir das **08h do dia 17 de outubro de 2025**, com o prazo final para o cadastro das propostas as **23:59h do dia 31/12/2025**.

**2. DO OBJETO**

**2.1** O objeto do presente edital é o CREDENCIAMENTO PARA A CONTRATAÇÃO DE PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS ATUANTES NA ÁREA DE SAÚDE, VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONSULTAS DE ESPECIALIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, em conformidade com as especificações do Termo de Referência - Anexo I deste edital.

**2.2** Valor total estimado do objeto consta no termo de referência, sendo eles utilizados para o posterior credenciamento.

**3. DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL**

**3.1.** O procedimento auxiliar de credenciamento será regido pela **Lei Federal nº 14.133/2021**, de 01 de abril de 2021, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital.

**3.2.** O credenciamento pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

**4. DO PRAZO DE EXECUÇÃO:**

**4.1** As especificações do objeto e o prazo de vigência estão definidos no **Termo de Referência**.

**5. PREVISÃO DE RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**5.1** As despesas decorrentes deste processo licitatório correrão por conta da dotação prevista no orçamento do Município.

**6. DA PARTICIPAÇÃO NO CREDENCIAMENTO**

**6.1** Poderão participar deste credenciamento pessoas físicas e jurídicas que atendam às especificações estabelecidas no Termo de Referência e neste instrumento convocatório.

**6.2 Vedações.** Não poderão participar deste procedimento auxiliar ou participar da execução do contrato, direta ou indiretamente: todas os interessados que se encontrem nas condições previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como empresas reunidas em consórcio, conforme artigo 15 da Lei Federal nº 14.133/2021.

6.3 A simples participação neste credenciamento importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

6.4 O proponente obriga-se durante a participação de todas as fases do credenciamento, a atuar em conformidade com a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais e dados pessoais sensíveis, em especial a Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

## 7. CREDENCIAMENTO

7.1. Os proponentes interessados deverão encaminhar **A DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br), nos prazos estabelecidos no subitem 1.2 deste edital:

## 8. DA HABILITAÇÃO

8.1. A proponente interessada deverá apresentar a seguinte documentação de Habilitação:

### 8.2. PESSOA FÍSICA:

- 8.2.1. Cadastro de Pessoa Física (CPF) e Registro Geral (RG);
- 8.2.2. Comprovante de residência; Regularidade perante a Fazenda Estadual;
- 8.2.3. Regularidade perante a Fazenda Federal;
- 8.2.4. Regularidade perante a Fazenda Municipal, relativa ao Município da sede do licitante;
- 8.2.5. Regularidade perante a Justiça do Trabalho (certidão negativa de débitos trabalhistas);
- 8.2.6. Registro no Conselho Regional de Medicina (CRM) em plena validade;
- 8.2.7. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do credenciamento – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a execução, de forma satisfatória, de serviços correlatos.
- 8.2.8. Comprovante de Título de Especialista (RQE – Registro de Qualificação de Especialista) na área pleiteada, emitido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou por Sociedades de Especialidade Médica reconhecidas, conforme resolução do CFM.
- 8.2.9. Declaração de que possui estrutura física adequada para a prestação dos serviços de consultas e/ou exames especializados, localizada no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB.

### 8.3. PESSOA JURÍDICA (HABILITAÇÃO JURÍDICA):

- 8.3.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 8.3.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio: [www.portaldoempreendedor.gov.br](http://www.portaldoempreendedor.gov.br);
- 8.3.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- 8.3.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;
- 8.3.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 8.3.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

- 8.3.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;
- 8.3.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.
- 8.3.9. Comprovante de Título de Especialista (RQE – Registro de Qualificação de Especialista) dos profissionais médicos que prestarão os serviços, emitido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou por Sociedades de Especialidade Médica reconhecidas, conforme resolução do CFM.
- 8.3.10. Declaração de que possui estrutura física adequada para a prestação dos serviços de consultas e/ou exames especializados, localizada no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB.

#### **8.4. REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA:**

- 8.4.1. CNPJ - Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 8.4.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 8.4.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 8.4.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.4.5. Prova de regularidade junto à Fazenda Estadual, através da Certidão Negativa conjunta junto aos Tributos Estaduais, emitida pela Secretaria da Fazenda Estadual onde a empresa for sediada;
- 8.4.6. Prova de regularidade junto à Fazenda Municipal, através da Certidão Negativa junto aos Tributos Municipais, emitida pela Secretaria da Fazenda Municipal onde a empresa for sediada;
- 8.4.7. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 8.4.8. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.
- 8.4.9. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.
- 8.4.10. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.
- 8.4.11. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

#### **8.5. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- 8.5.1. Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, datado dos últimos 30 (trinta) dias, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão.

#### **8.6. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:**

- 8.6.1. Comprovação de aptidão no desempenho de atividade pertinente e compatível em características com o objeto do credenciamento – Atestado(s) de Capacidade Técnica, fornecido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.
- 8.6.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente (CRM – Conselho Regional de Medicina), em plena validade.

#### **8.7. DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES**

- 8.7.1. No cadastramento da proposta inicial, o proponente declarará, em campo próprio do sistema, (sim ou não), que:
- 8.7.2. Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
- 8.7.3. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
- 8.7.4. Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- 8.7.5. Inexiste quaisquer fatos impeditivos de sua habilitação e que a mesma não foi declarada inidônea por Ato do Poder Público Municipal, ou que estejam temporariamente impedida de licitar, contratar ou transacionar com a Administração Pública de Brejo do Cruz-PB ou quaisquer de seus órgãos descentralizados (inciso III e IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021);
- 8.7.6. Não possui funcionário público no quadro societário da empresa;
- 8.7.7. Está adequada à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018;
- 8.7.8. Conhece na íntegra o Edital, está ciente e concorda com as condições impostas nele e em seus anexos, ao passo que se submete às condições nele estabelecidas, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
- 8.7.9. Atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).

- 8.8. A proponente enquadrada nos termos da Lei Complementar nº 123/06, receberão o tratamento diferenciado.

## 9. DO ENVIO E ANÁLISE DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

9.1 Aberto o período para solicitações de credenciamento, os interessados deverão encaminhar A **DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO, EXCLUSIVAMENTE** por meio eletrônico, para o seguinte endereço: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

9.2 A análise dos documentos de habilitação será realizada pela Agente de Contratações e Equipe de apoio **em prazo não superior a 05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do encerramento do prazo para o cadastro da proposta e envio dos documentos habilitatórios.

9.3 A Agente de Contratações poderá, durante a análise da documentação, convocar os interessados para prestarem quaisquer esclarecimentos porventura necessários, bem como para complementarem, caso queiram, os documentos apresentados.

9.4 Serão considerados habilitados e credenciados os interessados que cumprirem todas as exigências deste Edital e Termo de Referência, sendo inabilitados e não credenciados aqueles que não cumprirem e não manifestarem interesse em complementar a documentação necessária.

## 10. DA DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

10.1 A lista dos interessados habilitados/credenciados, segundo os critérios do edital, será divulgada e mantida atualizada por meio do Diário Oficial do Município, bem como disponibilizado no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

10.2 Após ser habilitado o proponente será convocado para assinar o **TERMO DE CREDENCIAMENTO**, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

10.3 Os **TERMO DE CREDENCIAMENTO** que vierem a ser realizados, serão publicados nos seguintes endereços eletrônicos:

I - Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP: <https://www.gov.br/pncp/pt-br>

III - Diário Oficial do Município.

## 11. DA HABILITAÇÃO E DA DISPONIBILIZAÇÃO DA LISTA DE CREDENCIADOS PARA ESCOLHA DOS PACIENTES

11.1. O(a) interessado(a) que preencher os requisitos exigidos neste Edital, no que a ele(a) for aplicável, será considerado(a) habilitado(a) e homologado(a) no credenciamento.

11.2. Formação e Atualização da Lista de Credenciados Disponível para Escolha dos Pacientes:

11.2.1. Para os interessados que apresentarem a documentação de habilitação e forem homologados nos 10 (dez) primeiros dias úteis após a publicação do instrumento convocatório, a ordem de apresentação inicial na lista de credenciados, que será disponibilizada aos pacientes para livre escolha, será definida por sorteio a ser realizado em sessão pública, em data e horário a serem divulgados no Portal de Compras Públicas. Esta ordem inicial não implica preferência ou atribuição de demanda pela Administração.

11.2.2. Os interessados que se credenciarem e forem homologados após os 10 (dez) primeiros dias úteis da publicação do instrumento convocatório, e durante todo o período de vigência deste credenciamento, integrarão a lista de credenciados disponível para escolha dos pacientes. A inclusão na lista ocorrerá em ordem cronológica de homologação, sendo que esta ordem não estabelece preferência ou atribuição de demanda pela Administração, uma vez que a escolha do profissional ou estabelecimento é exclusiva do paciente.

11.3. Distribuição das Demandas:



**11.3.1.** A distribuição das demandas ocorrerá pela livre escolha do paciente, que selecionará o profissional ou estabelecimento credenciado de sua preferência a partir da lista de credenciados aptos, conforme a especialidade e localização desejadas.

**11.4.** O credenciado que se declarar impedido de atender a demanda a ele distribuída deverá apresentar justificativa fundamentada de seu impedimento em até 2 (dois) dias úteis após a distribuição da demanda.

**11.5.** O resultado dos credenciados será homologado mediante termo específico e divulgado no Diário Oficial do Município.

## **12. DO TERMO DE CREDENCIAMENTO**

**12.1.** Ao assinar o Termo de Credenciamento, o credenciado estará na lista para ser convocado a prestar o serviço. Assim, a autorização para a prestação do serviço será precedida pelo envio da Ordem de Serviço preferida pela secretaria demandante, e assim se sucederá a toda e qualquer nova demanda do município de Brejo do Cruz/PB.

## **13. DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE (MUNICÍPIO)**

**13.1** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Credenciante, através de comissão/servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

**13.2** Permitir o livre acesso dos empregados, encarregados e/ou prepostos do Credenciado para a execução do termo;

**13.3** Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados, encarregados e/ou prepostos do CREDENCIADO, desde que inerentes ao objeto do Termo.

## **14. DAS OBRIGAÇÕES DOS CREDENCIADOS**

**14.1** O Credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

**14.2.** Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;

**14.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

**14.4.** Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços com avarias ou defeitos;

**14.5.** Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do atendimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

**14.6.** Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;

**14.7.** Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração ou acordados com o paciente;

**14.8.** Realizar a implantação do que é descrito no objeto.

**14.9.** Mediante suspensão do contrato de qualquer natureza, bem como ao término do mesmo, o CREDENCIADO deverá disponibilizar à CONTRATANTE todos os registros referentes ao objeto desse contrato, concluídos até aquela data.

**14.10.** Responsabilizar-se por quaisquer outras despesas relacionadas com o objeto contratual, sem ônus adicional para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ/PB.

**14.11.** O credenciado deverá, ainda:

**14.11.1.** Manter sigilo, sob a pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;

**14.11.2.** Prestar, sempre que consultada, todos os esclarecimentos solicitados pela credenciante, bem como atender prontamente as reclamações/observações/críticas/sugestões que, porventura, lhes forem apresentadas, relacionada com a execução do presente Contrato;

**14.11.3.** Cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato, sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo os mesmos observarem os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensados aos servidores e cargos em comissão;

**14.11.4.** Usar mão de obra qualificada, habilitada e treinada para as funções a serem cumpridas, devidamente identificadas com uniforme e crachá do CREDENCIADO na realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, de modo a garantir a boa qualidade de sua execução;

**14.11.5.** Reportar-se ao fiscal do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;

**14.11.6.** Substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela CONTRATANTE;

**14.11.7.** Emitir nota fiscal correspondente aos serviços prestados;

**14.11.8.** Assumir a responsabilidade direta do objeto deste contrato.

**14.11.9.** Responsabilizar-se pela alimentação e hospedagem de seus profissionais, caso necessário.

**14.11.10.** Manter em vigência durante a contratação, todas as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.

**14.11.11.** O credenciado responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.

**14.11.12.** Garantir que os serviços de consultas e exames especializados sejam prestados em suas instalações, localizadas no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB, conforme declarado na habilitação.

**14.12.** Não será admitida a subcontratação dos serviços objeto deste credenciamento, conforme detalhado no Termo de Referência.

**15. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**15.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o proponente/credenciado que, se enquadra nas previsões contidas no [Art. 155, incisos IV, V, VI, VIII, IX, X, XI e XII da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**15.2.** Os proponentes/credenciados que incorrerem nas infrações previstas no item anterior, após o devido processo administrativo, estarão sujeitas às sanções previstas no [Art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021](#).

**16. DA EXTINÇÃO**

**16.1.** As possibilidades de extinção do Credenciamento estão previstas nos artigos 137, 138 e 139 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**17. DAS MEDIDAS ACAUTELATÓRIAS**

**17.1.** Em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá motivadamente adotar providências acauteladoras sem a prévia manifestação do interessado.

## 18. DOS RECURSOS

18.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de proponentes, à anulação ou revogação deste procedimento auxiliar, observará os prazos e a forma dispostos no [art. 165 da Lei Federal nº 14.133, de 2021](#).

18.2. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema: [www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br).

## 19. DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

19.1. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar o presente Edital por irregularidade na aplicação da Lei que o rege, devendo protocolar pedido até o prazo de 05 (cinco) dias úteis após a publicação oficial deste edital.

## 20. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CREDENCIAMENTO E DA VIGÊNCIA

20.1 A fiscalização e gestão do contrato será apontado no Termo de Referência, anexo a este edital, na qual apresente os critérios a serem utilizados para a fiscalização do contrato.

20.1 O prazo de vigência do Credenciamento, e demais ações relacionadas ao Termo será apresentada no Termo de Referência.

## 21. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

21.1. O sistema gerará automaticamente a ata da sessão pública no sistema eletrônico.

21.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do credenciamento na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação.

21.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília/DF.

21.4. A homologação do resultado deste credenciamento não implicará direito à contratação.

21.5. As normas disciplinadoras deste credenciamento serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

21.6. Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

21.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente da prefeitura.

21.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do proponente, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

21.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

21.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico ([www.portaldecompraspublicas.com.br](http://www.portaldecompraspublicas.com.br)).

21.11. Toda e qualquer decisão que não possa ser informada no Portal de Compras Públicas, será divulgada no Diário Oficial do Município.

21.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

21.13. São anexos deste edital:



- I) Termo de Referência – TR.
- II) Minuta de Credenciamento

**22. DO FORO**

**22.1.** O foro para dirimir questões relativas ao presente Edital será o da Comarca de Catolé do Rocha/PB, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.

Brejo do Cruz/PB /PB, 16 de outubro de 2025.

---

Alison de Sousa Silva  
Agente de Contratação

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 000XX/2025 DO CREDENCIAMENTO Nº 00004/2025

TERMO DE CREDENCIAMENTO QUE ENTRE SI  
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE BREJO DO CRUZ/PB  
E \_\_\_\_\_.

A Prefeitura Municipal de Brejo do Cruz/PB, CMPJ nº 08.767.154/0001-15, situado na Rua Solon de Lucena, 10, Centro, CEP: 58.890-000, Brejo do Cruz/PB, com obediência Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal nº 1332/2023, de 21 de agosto de 2023, Lei Complementar nº 123/06 e nº 147/2014, subsidiariamente, e demais legislação, sob as condições estabelecidas, neste ato representado por seu Secretário de Saúde, o Sr. Hellisson Batista Fernandes, inscrito no CPF nº \_\_\_\_\_, e \_\_\_\_\_ Inscrito(a) no CPF/CNPJ nº \_\_\_\_\_, doravante designada CREDENCIADO, tendo em vista o que consta no **Processo Administrativo nº 00077/2025**, resolvem celebrar o presente Termo de Credenciamento, decorrente do **Credenciamento nº 00004/2025**, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO.**

O objeto do presente Termo é o CREDENCIAMENTO É A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS, CONSULTAS DE ESPECIALIDADES DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE NO ÂMBITO AMBULATORIAL E HOSPITALAR, conforme especificações e quantitativos estabelecidos neste instrumento, sendo:

| COD | DISCRIMINAÇÃO           | UND | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL    |
|-----|-------------------------|-----|-------|----------------|----------------|
| 1   | CONSULTAS NEUROLOGISTA  | UND | 250   | R\$ 267,67     | R\$ 66.917,50  |
| 2   | CONSULTAS NEUROPEDIATRA | UND | 600   | R\$ 276,00     | R\$ 165.600,00 |
| 3   | CONSULTAS VASCULAR      | UND | 250   | R\$ 245,80     | R\$ 61.450,00  |
| 4   | CONSULTAS PSIQUIATRA    | UND | 200   | R\$ 252,60     | R\$ 50.520,00  |
| 5   | CONSULTAS HEPATOLOGISTA | UND | 120   | R\$ 242,64     | R\$ 29.116,80  |
| 6   | CONSULTAS PNEUMOLOGISTA | UND | 240   | R\$ 227,00     | R\$ 54.480,00  |

| COD   | DISCRIMINAÇÃO                    | UND | QUANT | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL   |
|-------|----------------------------------|-----|-------|----------------|---|
| 7     | CONSULTAS REUMATOLOGISTA         | UND | 150   | R\$ 252,26     | R\$ 37.839,00   |
| 8     | CONSULTAS ALERGOLOGISTA          | UND | 150   | R\$ 233,00     | R\$ 34.950,00   |
| 9     | CONSULTAS NEFROLOGISTA           | UND | 240   | R\$ 316,03     | R\$ 75.847,20   |
| 10    | CONSULTAS CABEÇA E PESCOÇO       | UND | 100   | R\$ 253,88     | R\$ 25.388,00   |
| 11    | CONSULTAS GASTROENTEROLOGISTA    | UND | 240   | R\$ 361,07     | R\$ 86.656,80   |
| 12    | CONSULTAS UROLOGISTA             | UND | 960   | R\$ 247,67     | R\$ 237.763,20  |
| 13    | CONSULTAS DE PEQUENAS CIRURGIAS  | UND | 480   | R\$ 205,46     | R\$ 98.620,80   |
| 14    | CONSULTAS GERIATRA               | UND | 480   | R\$ 217,00     | R\$ 104.160,00  |
| 15    | CONSULTAS OTORRINOLARINGOLOGISTA | UND | 960   | R\$ 172,60     | R\$ 165.756,00  |
| TOTAL |                                  |     |       |                | R\$ 1.295.005,30 (Um milhão, duzentos e noventa e cinco mil, cinco reais e trinta centavos) |

Este Termo de Credenciamento vincula-se ao Edital do Credenciamento nº 00004/2025, identificado no preâmbulo e à proposta apresentada pelo Credenciado, independentemente de transcrição.

**1.1.** Os serviços serão executados sob demanda mediante envio de **Ordem de Serviço**, respeitando a ordem de convocação dos credenciados conforme a ordem de credenciamento que deverá ser rigorosamente observada na hora da distribuição. Ou seja, surgindo a necessidade de prestação dos serviços, será contemplado o primeiro credenciado na ordem de credenciamento e, assim, sucessivamente.

**1.2.** A realização de um serviço inicia-se com a solicitação da Unidade Demandante ao primeiro credenciado cadastrada no banco de dados da Prefeitura Municipal de BREJO DO CRUZ/PB por meio da “Ordem de Serviço”.

**1.3.** O Município reserva-se o direito de fiscalizar permanentemente a prestação dos serviços pelos credenciados, sendo-lhes facultado o descredenciamento quando caracterizada a prestação de má qualidade, através de processo administrativo específico, com garantia da representação do contraditório e da ampla defesa.

**1.4.** A execução dos serviços será de forma indireta sob o regime de tarefa nos termos do art. 6º, inciso XX, alínea “e” da Lei nº 14.133/2021.

## 2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA.

**2.1** O prazo de vigência deste Termo de Credenciamento é de 01 (um) ano, contado da data da sua assinatura, podendo ser prorrogada nos termos do art. 107 da Lei nº 14.133/2021.

## 3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO.

**3.1.** Nos valores apresentados estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução serviço, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes necessários ao cumprimento integral do objeto deste Credenciamento. Os valores informados constituem quantia máxima a ser paga ao Credenciado durante a vigência deste Termo.

## 4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.

**4.1.** As despesas decorrentes deste procedimento estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Município para o exercício de 2025, na classificação abaixo:

Unidade: 12 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Funcional: 10.122.1003.2.015 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Saúde

3.3.90.36.00.00.00.00 0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – Recursos não vinculados de impostos

3.3.90.39.00.00.00.00 0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Recursos não vinculados de impostos

Funcional: 10.301.2016.2.051 Manutenção de Outros Programas da Saúde

3.3.90.36.00.00.00.00 0600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – Transf. do SUS Governo Federal – Bloco de Manutenção

3.3.90.39.00.00.00.00 0600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Transf. do SUS Governo Federal – Bloco de Manutenção

Funcional: 10.302.2016.2.049 Manutenção do Programa de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar

3.3.90.36.00.00.00.00 0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – Recursos não vinculados de impostos

3.3.90.39.00.00.00.00 0500 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Recursos não vinculados de impostos

3.3.90.36.00.00.00.00 0600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física – Transf. do SUS Governo Federal – Bloco de Manutenção

3.3.90.39.00.00.00.00 0600 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica – Transf. do SUS Governo Federal – Bloco de Manutenção

## 5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO.

**5.1.** O pagamento de cada fatura deverá ser realizada em um prazo não superior a 30 (trinta) dias contados a

partir do atesto da Nota Fiscal, após comprovado o adimplemento do Credenciado em todas as suas obrigações, já deduzidas as glosas e notas de débitos e mediante verificação do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, e negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do Termo de Referência.

**5.2.** Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

**5.3.** Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta corrente bancária de titularidade do Credenciado.

**5.4.** As notas fiscais devem ser emitidas em nome do Município Credenciante, devendo constar ainda número do procedimento auxiliar, lote/item e validado dos produtos, para fins de rastreabilidade em estoque.

**5.5.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que o Credenciado não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6/100)}{365}$$

$$I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

**5.6.** A Administração Pública Municipal efetuará a retenção, na fonte, do imposto sobre a renda, da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e da Contribuição para o PIS/Pasep incidentes sobre os pagamentos efetuados.

**5.6.1.** As retenções serão efetuadas sobre qualquer forma de pagamento, inclusive os pagamentos antecipados por conta de fornecimento de bens ou de prestação de serviços.

**5.6.2.** A retenção que se refere este item não será efetuada de pessoas jurídicas optantes pelo Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (SIMPLES NACIONAL), de que trata o art. 12 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, bem como também as demais pessoas jurídicas elencadas no art. 4º da IN RFB nº 1.234/2012.

## **6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE.**

**6.1.** Os preços são fixos e irremovíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado constante na fase interna do procedimento auxiliar de credenciamento.

**6.2.** Dentro do prazo de vigência do Credenciamento e mediante solicitação da Credenciado, os preços Credenciados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA-E e exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**6.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

**6.4.** No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CREDENCIANTE pagará à CREDENCIADO a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CREDENCIADO obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

**6.5.** Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

**6.6.** Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser



utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

**6.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**6.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO.**

**7.1.** Não haverá exigência de garantia de execução para a presente procedimento.

#### **8. CLÁUSULA OITAVA – ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO.**

**8.1.** O prazo para início da execução dos serviços é de 05 (cinco) dias corridos, contados do recebimento da respectiva ordem de serviço.

**8.2.** Os serviços serão recebidos provisoriamente por ocasião da sua efetiva entrega, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

**8.3.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste instrumento, no Termo de Referência e na proposta, devendo ser refeitos/prestados novamente no prazo de 10 (dez) dias, a contar da notificação do Credenciado, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.4.** Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10(dez) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade, cumprimento das especificações e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

**8.5.** Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

**8.6.** O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade do Credenciado pelos prejuízos resultantes da incorreta execução.

#### **9. CLAÚSULA NONA – FISCALIZAÇÃO.**

**9.1.** A comprovação de execução dos serviços deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

**9.2.** O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**9.2.1.** O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**9.2.2.** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**9.2.3.** O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**9.2.4.** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**9.2.5.** O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

**9.3.** O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação do Credenciado, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**9.3.1.** Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

**9.4.** O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

**9.4.1.** O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da Credenciado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

**9.4.2.** O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

**9.4.3.** O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Credenciado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

**9.4.4.** O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

**9.5.** O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

**9.6.** O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CREDENCIANTE E DA CREDENCIADO.**

### **10.1. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

- 10.1.1.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- 10.1.2.** Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços prestados provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.1.3.** Comunicar ao Credenciado, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos serviços prestados, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- 10.1.4.** Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Credenciado, através de comissão/servidor especialmente designado;
- 10.1.5.** Efetuar o pagamento ao Credenciado no valor correspondente aos serviços efetivamente prestados, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 10.1.6.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Credenciado com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Credenciamento, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Credenciado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.
- 10.1.7.** Disponibilizar e gerenciar o transporte dos pacientes do Município de Brejo do Cruz/PB até os estabelecimentos dos credenciados, dentro dos limites geográficos estabelecidos, garantindo a logística necessária para o acesso aos serviços.
- 10.1.8.** Manter atualizada a lista de credenciados e disponibilizá-la aos pacientes para que possam exercer sua prerrogativa de escolha, conforme o modelo de credenciamento em mercados fluidos.

### **10.2. DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIADO:**

- 10.2.1. O Credenciado deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 10.2.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal;
- 10.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos serviços, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 10.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, os serviços com avarias ou defeitos;
- 10.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data do atendimento, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no credenciamento;
- 10.2.7. Manter a execução do serviço nos horários fixados pela Administração ou acordados com o paciente;
- 10.2.8. Realizar a implantação do que é descrito no objeto.
- 10.2.9. Mediante suspensão do contrato de qualquer natureza, bem como ao término do mesmo, o CREDENCIADO deverá disponibilizar à CONTRATANTE todos os registros referentes ao objeto desse contrato, concluídos até aquela data.
- 10.2.10. Responsabilizar-se por quaisquer outras despesas relacionadas com o objeto contratual, sem ônus adicional para a PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ/PB.
- 10.2.11. O credenciado deverá, ainda: 13.11.1. Manter sigilo, sob a pena de responsabilidade civil, penal e administrativa, sobre todo e qualquer assunto de interesse do CONTRATANTE, ou de terceiros de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto deste contrato;
- 10.2.12. Prestar, sempre que consultada, todos os esclarecimentos solicitados pela credenciante, bem como atender prontamente as reclamações/observações/críticas/sugestões que, porventura, lhes forem apresentadas, relacionada com a execução do presente Contrato;
- 10.2.13. Cuidar para que os profissionais envolvidos na execução do objeto deste contrato, sejam devidamente preparados e orientados para o exercício de sua função, devendo os mesmos observarem os princípios éticos, a urbanidade e educação no tratamento dispensados aos servidores e cargos em comissão;
- 10.2.14. Usar mão de obra qualificada, habilitada e treinada para as funções a serem cumpridas, devidamente identificadas com uniforme e crachá do CREDENCIADO na realização dos serviços objeto deste Termo de Referência, de modo a garantir a boa qualidade de sua execução;
- 10.2.15. Reportar-se ao fiscal do contrato para que seja efetivado o controle das atividades realizadas;
- 10.2.16. Substituir o profissional cuja atuação, permanência ou comportamento sejam considerados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios pela CONTRATANTE;
- 10.2.17. Emitir nota fiscal correspondente aos serviços prestados;
- 10.2.18. Assumir a responsabilidade direta do objeto deste contrato.
- 10.2.19. Responsabilizar-se pela alimentação e hospedagem de seus profissionais, caso necessário.
- 10.2.20. Manter em vigência durante a contratação, todas as certidões de regularidade fiscal, trabalhista e previdenciária.
- 10.2.21. O credenciado responsabilizar-se-á por quaisquer acidentes que venham a serem vítimas os seus empregados ou preposto quando em serviço, por tudo quanto às leis trabalhistas e previdenciárias lhes assegurem e demais exigências legais para o exercício das atividades.
- 10.2.22. Garantir que os serviços de consultas e exames especializados sejam prestados em suas

instalações, localizadas no Estado da Paraíba e/ou em um limite de até 50 km da sede do Município de Brejo do Cruz/PB, conforme declarado na habilitação.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

**11.1.** Caso o Credenciado incorra em infrações sujeita-se às sanções administrativas previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo de eventuais implicações penais nos termos do que prevê o Capítulo II-B do Título XI do Código Penal.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO.**

**12.1. O PRESENTE TERMO DE CREDENCIAMENTO PODERÁ SER RESCINDIDO:**

**12.1.1.** Por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos Artigos 137 ao 139 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

**12.2.** Os casos de rescisão do Termo de Credenciamento serão formalmente motivados, assegurando-se à Credenciada o direito à prévia e ampla defesa.

**12.3. O TERMO DE RESCISÃO SERÁ PRECEDIDO DE RELATÓRIO INDICATIVO DOS SEGUINTE ASPECTOS, CONFORME O CASO:**

**12.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**12.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**12.3.3.** Indenizações e multas.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES.**

**13.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos Arts. 124 ao 136 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

**13.2.** O Credenciado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo.

**13.3.** As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Termo de Credenciamento.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS.**

**14.1.** Os casos omissos serão decididos pelo Município de Brejo do Cruz/PB, segundo as disposições contidas na Lei Federal nº 14.133, de 2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO.**

**15.1.** Incumbirá ao Município de Brejo do Cruz/PB providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, nos Diários Oficiais e no PNCP, no prazo previsto na Lei Federal nº 14.133, de 2021.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO.**

**16.1.** É eleito o Foro da Comarca de Catolé do Rocha/PB para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Credenciamento que não possam ser compostos pela conciliação, conforme §1º do Art. 92 da Lei Federal nº 14.133/21.

**16.2.** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Credenciamento foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

E, por estarem assim justos e acertados, firmam o presente Termo de Credenciamento em 02 (três) vias de igual teor e forma.

Brejo do Cruz, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

HELLISSON BATISTA FERNANDES  
SECRETÁRIO DE SAÚDE  
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJO DO CRUZ/PB  
CREDENCIANTE

CREDENCIADO